

EM DEFESA DA PESQUISA

Seção de artigos livres

◆ **Pressão política da mobilização “Fora Valencius”:
protagonismo da luta antimanicomial brasileira**

Beatriz Bastos Viana, Leonardo Carnut

Pressão política da mobilização “Fora Valencius”: protagonismo da luta antimanicomial brasileira

*Political pressure of the mobilization
“Get Out Valencius”: protagonism
of the brazilian antimanicomial fight*

Beatriz Bastos Viana¹

Leonardo Carnut²

Resumo: Em 2015, a Política Nacional de Saúde Mental se viu ameaçada e os movimentos sociais da luta antimanicomial protagonizaram a mobilização “Fora Valencius”. Assim, este estudo visou analisar as implicações que as estratégias de pressão política desenvolvidas pela mobilização trouxeram para fortalecer esta luta. Tratou-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, utilizando-se a análise do discurso político para interpretação dos dados a partir de entrevistas com quatro militantes líderes desta luta. Segundo eles, as estratégias de maior pressão política foram a Ocupação, o Grupo de Alinhamento Político (GAP) e as manifestações de rua. A implicação trazida pelo “Fora Valencius”

1 Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco (UPE). B.B.V. participou da concepção, delineamento, análise e interpretação dos dados, como também da redação do artigo.

2 Pós-doutor em Saúde Pública (Ciências Sociais e Humanas em Saúde) pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP). Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS). L.C. trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo e sua revisão crítica.

demonstrou que a aposta na apenas institucionalidade como caminho tradicional da esquerda não logrou o êxito esperado.

Palavras-chave: Saúde Mental, Políticas Públicas em Saúde, Organização Social, Estratégias, Ciência Política.

Abstract: In 2015, the direction of the Mental Health Policy was threatened and the social movements of the antimanicomial fight carried out the mobilization "Get Out Valencius". This study aimed to analyze the implications that the political pressure strategies developed by this mobilization. It was a qualitative research, using the analysis of the political discourse for interpretation of the data from interviews with four leading militants of this struggle. According to them, the strategies of greatest political pressure were the Occupation, the Political Alignment Group (PAG) and the street mobilizations. The implication brought by the "Outside Valencius" demonstrated that the bet in the only institutionality like traditional way of the left did not obtain the expected success.

Keywords: Mental Health, Public Health Policies, Social Organization, Strategies, Political Science.

INTRODUÇÃO

Para compreensão do que vêm a ser os movimentos sociais em geral, Sztompka (1998) afirma que são grupos que se caracterizam como uma coletividade de indivíduos atuando juntos, cujo objeto comum é a ação de uma certa mudança social definida de forma razoavelmente consensual entre seus partícipes. Os movimentos sociais, ao trazer para a sociedade discussões públicas sobre determinados temas, contribuem para as decisões formais acerca do discutido³.

3 Ainda sobre esse tópico, Maia e Fernandes (2002, pág. 158) ressaltam que: "a democracia está ligada a um processo societário de discussão e dos fluxos de poder do Estado, do mercado e da sociedade. A opinião pública derivada do processo de discussão coletiva deve legitimamente informar e subsidiar as tomadas de decisão nas instâncias formais,

À luz da teoria marxiana, Galvão (2011) complementa que o movimento social já não se constitui somente a partir da identidade de classe social na pós-modernidade, contudo, independente da questão aglutinadora, continua sendo o portador de um desafio político, por isso, para sua melhor compreensão deve-se sempre analisar sua relação com o poder político a partir da pauta que defende. Tal autora ressalta que nem todos os movimentos sociais são de fato revolucionários, ou seja, suas pautas não são anticapitalistas em si, mas podem se forjar em reivindicações reformistas e antissistêmicas que também vão de encontro ao modelo neoliberal.

Segundo Amarante e Torre (2010), a origem do atual movimento social em saúde mental decorre do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), fruto da greve deflagrada no ano de 1978. Profissionais da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) optaram por demissões em massa e trouxeram à tona denúncias de diversas violações de direitos de pacientes de instituições psiquiátricas de todo Brasil, assim como da precarização do trabalho nesses espaços. Este movimento se utilizou, sobretudo, de espaços não-institucionais de organização, dialogando com setores mais amplos da sociedade, como o Movimento Sanitário promovendo congressos e encontros decisivos para o processo de reforma à época.

Os movimentos sociais na área de saúde mental apresentaram, ao longo do devir histórico, momentos de amadurecimento organizativo como no caso da VIII Conferência Nacional em Saúde (1986), a I e II Conferência Nacional em Saúde Mental (1987 e 1992, respectivamente), o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental (1987) e a Declaração de Caracas, de 1990, que redefine a atenção psiquiátrica na América Latina e Caribe (AMARANTE e TORRE, 2012). Foi constatado que a evidente influência da Reforma Psiquiátrica Italiana, protagonizada por Franco Basaglia, suscitou no Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental uma crítica radical aos hospitais psiquiátricos. Não bastava apenas humanizá-los, como o movimento sanitarista

democraticamente constituídas, do sistema político.” Por isso o papel dos movimentos sociais, em primeira instância, seria garantir adesão da opinião pública à sua pauta.

acreditava. Era necessário o total rompimento com essa instituição (TOMAZ, 2009).

Em 1987 o MTSM se transforma em Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) que, por sua vez, criticava a burocratização e restrição da luta a partir de dentro do aparelho do Estado, tendo como ponto de partida o lema “Por uma sociedade sem manicômios” (TOMAZ, 2009). Segundo Tomaz (2009), esse movimento se mostrou unido até 2001, quando houve uma cisão provocada por desacordos quanto aos processos de decisão e encaminhamentos no V Encontro Nacional da Luta Antimanicomial. Desde então, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) compõem o quadro de movimentos sociais que lutam por uma sociedade sem manicômios⁴.

Em 2015, após a nomeação de Marcelo Castro como Ministro da Saúde e posterior indicação de Valencius Wurch para a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, a luta antimanicomial sofreu mais um capítulo que do que seria um ciclo de retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental. Psiquiatra filiado à ideologia manicomial e do setor privado, Valencius foi um dos protagonistas da mais recente história de violência e violação de direitos humanos aos internos no maior hospital psiquiátrico da América Latina, do qual era diretor (Dr. Eiras, em Paracambi), fechado por ordem judicial em 2012.

Desde então, uma sucessão de medidas implantadas por esta coordenação culminou com uma ofensiva neoliberal no Governo Temer a qual provocou outros graves retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental. Entre o final de 2017 até dezembro de 2018, ocorreram publicações de novas portarias pelo MS as quais alteraram a configuração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018). Dentre essas alterações, cita-se as que punem determinados

4 Os dois movimentos se organizam em núcleos espalhados em diversos estados brasileiros, com plena autonomia de organização. A cada dois anos, são realizados Encontros Nacionais organizados pela Secretaria Executiva, tarefa que circula entre os diversos Núcleos. Em 2004, a RENILA contava com 20 Núcleos em 12 estados brasileiros. Já o MNLA possui núcleos em quatro estados do país, sendo que São Paulo possui mais de um núcleo que, juntos, formam o Fórum Paulistano de Luta Antimanicomial (FPLAM).

municípios pela não implementação dos serviços substitutivos, com cortes de verbas, dentre outras questões, como o aumento do valor da internação em Hospitais Psiquiátricos.

Diante desse cenário nefasto, os movimentos da luta antimanicomial brasileira não se calaram e promoveram uma grande mobilização chamada Fora Valencius que desencadeou uma série de ações de pressão política em prol da Reforma Psiquiátrica com repercussão nacional e internacional. Dentre elas, a Ocupação da sala da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas no prédio do Ministério da Saúde, que durou 121 dias, e o lançamento da Frente Parlamentar em defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, com adesão de 270 parlamentares.

Novas estratégias, articulações e organização se desenham para os movimentos da luta antimanicomial brasileira, principalmente diante da conjuntura política nacional, na qual há um golpe institucional em curso (BOITO JÚNIOR, 2016). Tendo em vista o desafio de se compreender uma parte da história ainda em curso da Reforma Psiquiátrica no Brasil, esta pesquisa visa contribuir para o fortalecimento da luta antimanicomial e para melhor compreensão dos seus instrumentos de luta.

Assim, essa pesquisa teve o intuito de analisar as implicações que as estratégias de pressão política desenvolvidas pela Mobilização “Fora Valencius” trouxeram para a luta antimanicomial brasileira, identificando quais estratégias desenvolvidas pelo “Fora Valencius” que são consideradas de maior pressão política e quais as consequências e desafios que tais estratégias provocaram na organização da luta antimanicomial brasileira.

PERCURSO METODOLÓGICO

Tratou-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, utilizando-se o discurso dos sujeitos de pesquisa. Nesse estudo, o *corpus* dos textos analisados foram os discursos completos dos militantes da luta antimanicomial (Cappelle et al, 2011 *apud* Minayo, 2000).

Os sujeitos do estudo foram quatro militantes que lideraram a ocupação em Brasília, considerados informantes-chave da ação política: dois membros da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) e dois membros do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). Estes informantes residiam em diferentes estados brasileiros, sendo eles Pernambuco e Distrito Federal, representados pela RENILA e Rio de Janeiro e São Paulo representados pelo MNLA.

O processo de produção dos dados foi realizado por meio de entrevista semiestruturada (FLICK, 2009). As entrevistas aconteceram individualmente e foram realizadas através de ligação telefônica, de modo que o diálogo fosse gravado por um aplicativo de celular. O processo de análise e interpretação dos resultados foi realizado pela análise do discurso político. Este tipo de análise considera três sistemas de variáveis: o locutor (quem é esse sujeito), os temas do enunciado (do que fala o discurso) e as condições de produção do próprio enunciado (CouRTinE, 2009 *apud* Dubois, 1978).

Além de utilizar-se do recurso que esta técnica proporcionou para melhor compreender os elementos ideológicos subjacentes aos discursos, utilizou-se o conceito de “pressão política” cunhado por Bonavides (2000) como alinhavo interpretativo. Considerando os aspectos éticos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco, parecer 20045313.4.0000.5192.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SOBRE AS ESTRATÉGIAS CONSIDERADAS DE MAIOR PRESSÃO POLÍTICA

A estratégia de pressão política considerada de maior importância para todos os participantes foi a Ocupação da sala da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas no Ministério da Saúde (MS) entre dezembro de 2015 e abril de 2016. “A ocupação pra mim... é o maior... o maior... a maior estratégia assim... a tática que a gente... acho que conseguiu organizar” (entrevistado 3).

A Ocupação também foi encarada por um dos militantes como de grande importância simbólica, pois, apesar de impedir o acesso de Valencius e da equipe técnica à sala e, conseqüentemente, a alguns documentos, não foi exatamente essa estratégia que o impediu de iniciar sua gestão no sentido mais operativo, sendo disponibilizada, inclusive, outra sala para o Coordenador. “[...] mesmo sendo algo simbólico, ele teve uma outra sala pra poder continuar trabalhando, mas como aquilo repercutia e mexia nas estribeiras do Ministério da Saúde.” (entrevistado 2).

Nessa passagem, a ação de ocupar a sala de Valencius foi uma tentativa clássica que perpassa a ação política de um grupo de pressão. Como exposto por Bonavides (2000, p. 565), “os grupos querem a ‘decisão favorável’ e não trepidam em empregar os meios mais variados para alcançar esse fim. Aperfeiçoaram uma técnica de ação que compreende desde a simples persuasão até a corrupção e, se necessário, a intimidação”. Intimidar, para este coletivo, foi a estratégia considerada mais eficaz unanimemente.

Um aspecto importante da estratégia da Ocupação foi a rapidez com que foi operacionalizada frente à nomeação de Valencius, um dia após a nomeação sair no Diário Oficial da União. “[...] praticamente... não foi deixado nem ele entrar... sequer começar a atuar...” (entrevistado 4). Isso revelou a força de organização dos movimentos envolvidos na mobilização e é considerado pelos militantes entrevistados como importante qualidade da estratégia de pressão política traçada.

De máxima importância para o feliz êxito de um grupo de pressão é sem dúvida o princípio de organização sobre o qual repousa. O poderio de um grupo se mede quer pelo grau de eficiência e organização com que emprega os seus instrumentos de ação, quer pela qualidade e quantidade de seus membros. As modalidades e técnicas de ação são essenciais na ação política dos grupos de pressão (BONAVIDES, 2000). A rapidez é essencial no uso das diferentes estratégias de pressão, conforme relatado pelo entrevistado 4. Esse aspecto é fundamental, segundo Bonavides (2000) para a eficácia da pressão política exercida ao poder que se quer enfrentar.

Os grupos de diálogos virtuais também aparecem nas falas dos participantes como importante estratégia de pressão. Durante o processo da mobilização Fora Valencius foram criados grupos na rede social Facebook, a qual, além de discussões organizativas, funcionava como canal de informações. “[...] e foram formados dois grupos no... no facebook... o ‘somos SUS’ e o ‘pedido de audiência’... foi onde começaram algumas articulações não formais...” (entrevistado 3). A estratégia é compreendida por um dos entrevistados como de grande importância para a visibilidade da mobilização, como pode ser observado na fala: “[...] isso tudo... foi aí... criando grande repercussão... juntamente nas mídias... que tínhamos...” (entrevistado 4).

Os grupos de pressão, segundo Bonavides (2000), se valem de diversos recursos para ganhar força na capacidade de pressionar uma tomada de decisão. O uso da mídia como forma de repercussão sobre a opinião pública foi o elemento escolhido pelo coletivo e representa, segundo Bonavides (2000), uma das técnicas de ação donde a pressão deve recair para ajudar a tomada de decisão favorável ao interesse do grupo. Assim, “a opinião pública é “preparada” e se for o caso “criada” para dar respaldo e legitimidade à pretensão do grupo, que esperava ver facilitada sua tarefa e por essa via indireta (apoio da opinião) lograr o deferimento dos favores impetrados junto dos poderes oficiais competentes” (BONAVIDES, 2000, p. 565).

Os militantes apontam a criação do Grupo de Alinhamento Político (GAP) no aplicativo WhatsApp como um grande destaque dentro da estratégia dos diálogos virtuais. O GAP era composto de integrantes da RENILA e do MNLA, assim como por outras entidades interessadas na mobilização, dentre elas o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). A importância da participação do CFP se deve a histórica defesa dos pressupostos da Reforma Psiquiátrica e, quando do ocorrido sobre Valencius, em nota, fez uma análise dos retrocessos através de entrevista com Paulo Amarante (Fiocruz) e Leonardo Pinho (Abrasme) sobre a compreensão de que a nomeação de Valencius (Wurch) quebrava a sequência de gestões públicas comprometidas com a Reforma Psiquiátrica de

cunho comunitário (CFP, 2017), o que denota alinhamento político do CFP com os movimentos aqui estudados.

Já a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) tem sido historicamente partícipe da defesa do direito público à saúde universal no Brasil, do qual a saúde mental está inserida. Esta inserção se dá, principalmente, pelo seu Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Mental que reúne profissionais da Psiquiatria, Psicologia, Enfermagem Psiquiátrica, Terapia Ocupacional e Serviço Social, além de novos atores sócio-profissionais como a Educação Física, a Pedagogia, as Artes Plásticas e a Fisioterapia, em intenso diálogo com os movimentos da Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial e os movimentos artísticos (ABRASCO, 2019), o que denota sua convergência com a mobilização.

A capacidade combativa do grupo será tanto mais alta quanto mais perfeitas e sólidas as bases de sua organização (BONAVIDES, 2000). O alinhamento político, no caso relatado garantiu organicidade suficiente ao grupo para que o mesmo não se dispersasse por ausência de uma liderança. Afinal, como ressalta Bonavides (2000, p. 564) “a quantidade pede, em nome da eficácia da pressão, disciplina e liderança”.

Outra estratégia de pressão política identificada na fala dos entrevistados foram os eventos públicos de massa, podendo destacar entre eles o Abraça RAPS e o Loucupa Brasília.

O Abraça RAPS foi a primeira estratégia articulada nacionalmente, com mobilizações locais que consistiam em um grande abraço simbólico realizado por usuários, familiares e trabalhadores da saúde mental em torno de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, serviço substitutivo representante do modelo antimanicomial. Essa estratégia é compreendida pelos entrevistados como um ato democrático, previsto pelas vias institucionais que representou a defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica, como pode ser observado nas seguintes falas: “O protesto de rua também é algo previsto nas vias institucionais, né, manifestações públicas, ocupando espaços públicos como

as ruas e praças, etc, são também previstas como possibilidades de manifestação. (entrevistado 1).”

O Abraça RAPS, do ponto de vista teórico pode ser considerado como uma técnica de ação de maneira direta em sensibilizar a opinião do público local. Bonavides (2000) aponta que essas técnicas são bons coadjuvantes quando a opinião pública ou os representantes não se mostram dóceis à técnica de persuasão do grupo.

Já o Loucupa Brasília, foi uma estratégia deliberada pelo GAP com chamamento nacional que consistiu em um grande ato de rua em Brasília com participação de pessoas de todo o país. O evento ocorreu do dia 14 de janeiro de 2016, data limite para a tomada de posse de Valencius e marco de um mês de Ocupação.

Duas militantes destacam que o Loucupa Brasília foi uma estratégia de fortalecimento da Ocupação, “[...] foi montado um acampamento na frente no anexo do Ministério da Saúde, com barracas, o que já anunciava o nosso lema [da ocupação] ‘Amanhã vai ser maior’” (entrevistado 1). “O Loucupa Brasília.. né... foram muitos... muitos ônibus... de todo o país organizados para que a... (pausa curta) 14 de janeiro do ano passado né... (ar de riso) um grande ato de fortalecimento da ocupação que já tinha acontecido” (entrevistado 3).”

Fez parte também da estratégia do Loucupa Brasília a Ocupação de uma segunda sala dentro do Ministério da Saúde que vinha sendo utilizada pela equipe técnica da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Embora pontual, pois se desfez após o término do Loucupa Brasília, foi compreendida com importância simbólica pelos entrevistados, como se evidencia nas falas.

Nesse meio tempo também foi decidido, né, durante a Ocupação, como forma simbólica também, nesse período do ato, fazer também a ocupação da outra sala que eles estavam usando pra trabalhar também, como forma de resistência simbólica de que, é... a Ocupação estava ali, a Ocupação não estava passiva, estava querendo, realmente, a mudança da política. (entrevistado 2).

Bonavides (2000) afirma que quando os grupos acometem o governo podem fazê-lo em alguns casos abertamente. Pode-se considerar que o Loucupa Brasília e a própria ocupação temporária ao processo do Loucupa podem ser técnicas de ação desse grupo com a finalidade de implicar o governo em relação à causa. Isso ficou exposto no discurso dos informantes entrevistados. Como reforça Bonavides (2000) manifestações de massas que variam da greve com distúrbios e violências a passeatas de protesto, desfile nas ruas são formas operativas frequentemente utilizadas pelos grupos.

Os diálogos institucionais, como reuniões e audiências com setores do governo também foram elencados como estratégia de pressão política dentro da mobilização Fora Valencius, como se evidencia da fala do entrevistado 2:

E acho que, no primeiro momento, o movimento apostou muito em, ao fazer a Ocupação, logo em seguida começar a querer fazer conversas institucionais com alguns setores do governo, né, do governo federal, com...é...a Casa Civil, com o próprio Ministério da Saúde, tentando estabelecer diálogos pra deslegitimar a presença de Valencius na Coordenação. (entrevistado 2).

Durante todo o processo da mobilização houve pedidos de audiências, sendo mais frequentes no início, inclusive, antes mesmo de Valencius ser nomeado como Coordenador, pois a presença de Marcelo Castro já representava um possível retrocesso na área da saúde mental. Um dos entrevistados chega a citar uma aposta de intervenção da presidenta Dilma no processo,

[...] então... (pausa curta) e ai foi... se... passando... o tempo... a seguir... cada vez com um clima mais tenso... porque se viu que ia... assim então... é:: (pausa curta) estavam com a expectativa... é:: até de que a Dilma... lá... de que não... de que conseguissem... que não fosse... nomeado... ele... e tudo... mas [...]. (entrevistado 4).

De modo geral, constata-se uma aposta inicial dos militantes nas vias institucionais como espaço de diálogo e negociações e uma posterior descrença, como é exemplificado na fala do entrevistado 1:

A nossa principal estratégia era pedir audiência na casa civil; Depois da terceira audiência com o Ministro da Saúde que a gente viu que não tinha muito pra onde correr mais... Já tínhamos tido três audiências e o Ministro não arredava o pé e aí nós propusemos, é...um grupo de alinhamento político, em que as decisões pudessem ser tomadas pelos coletivos e não por pessoas, soltas, sem base. (entrevistado 1).

Mesmo sob a descrença na via institucional, tomando-se como base uma democracia pluralista, o acesso a esta via deve ser feito caso o grupo queira ser reconhecido como pleiteador legítimo dos interesses que defendem perante o Estado (BONAVIDES, 2000). Assim as falas descritas apontam como a via institucional é ainda um elemento a favor dos grupos pela complexidade em que se acha a tarefa governativa. Sendo por extremo delicada não se acharia ao alcance de todo e qualquer cidadão, o contato com a via institucional é privilegiado quando os interesses de fato estão encarnados nos coletivos que podem ser considerados grupos de pressão.

Outra estratégia citada por alguns dos entrevistados foi a (re)organização de núcleos, frentes, coletivos com pauta antimanicomial com reuniões internas periódicas. Como os entrevistados são componentes de movimentos sociais organizados, relatam que seus núcleos já vinham tendo reuniões periódicas ao nível local, porém, a partir da entrada de Marcelo Castro como Ministro da Saúde houve um aquecimento no cenário de organização dos coletivos, como são evidenciados nas falas:

É eu... eu::... mapearia... primeiro a... (pausa curta) organização de status para tentar essas estratégias né... e pra articular forças... como o surgimento de algumas frentes... antimanicomiais e de reforma psiquiátrica... né... algumas frentes mais amazônicas... a frente... do Rio Grande do Norte... as pessoas estão nesse contexto também... a frente Rio surgiu já... já encerrou...

mas enfim... surgiu nesse momento... eu acho que essa é a mais importante... né... é a rearticulação dessas frentes... a frente São Paulo já existia... a frente do Paraíba já existia também... mas assim... o fortalecimento desses estados aí para tentar essas estratégias... (entrevistado 3).

A questão da visibilidade da mobilização Fora Valencius também aparece como uma estratégia importante dentro do processo, se dando de várias formas como acionamento de imprensa e divulgação da mobilização nas redes sociais:

Em seguida já abre o espaço pra estar se pensando mesmo o processo desse espaço...do primeiro mês de Ocupação, se fazer um grande ato pra dar muita visibilidade e foi um momento importante por que não só foi necessário dar visibilidade dentro do prédio do Ministério da Saúde ou nas redes sociais, mas algo que repercutisse em algumas mídias, inclusive, foi matéria de grupos...pra jornalistas da grande mídia, né, a...teve uma reportagem sobre esse ato em seguida e foi uma outra estratégia que possibilitou também dar um pouco mais de visibilidade à realização da Ocupação (entrevistado 2);

SOBRE OS DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS IDENTIFICADAS PELOS MILITANTES NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Dentre os desafios relatados pelos informantes-chaves, todos entenderam o GAP como um grupo que surge do desafio de diálogo e de unificação diante do debate virtual aberto, composto por pessoas organizadas em movimentos e entidades ou não e que não eram, necessariamente, representantes de um grupo, eram falas soltas de indivíduos.

Então, eu acho que a primeira dificuldade que eu identifico talvez tenha sido esse princípio de conversa, de que foram todas bem virtuais, né, e que depois, apenas é que a gente conse-

guiu ir aos poucos descobrindo outros modos de conversa paralela sem nunca prescindir do virtual porque era onde estava realmente nos acompanhando do princípio ao fim do processo, mas que nos permitiu outros modos de conversa, tipo, grupos do WhatsApp, que a gente propôs o Grupo de Alinhamento Político, o GAP. (entrevistado 1).

A viabilização de tais estratégias trouxe consigo diversos desafios, assim como importantes consequências para a organização da luta antimanicomial brasileira, que serão discutidos a seguir. De modo geral, os entrevistados apontam que o desafio do diálogo com caráter horizontal entre RENILA, MNLA e, principalmente, entre esses movimentos e entidades, acompanhou todo o processo da mobilização Fora Valencius e se apresentou em todas as estratégias traçadas:

Acho que o primeiro deles, talvez, tenha sido, é..., conseguir conversar de modo horizontal com as entidades e movimentos sociais que estavam protagonizando essas manifestações, de um modo a contemplar, escutar as pessoas e conseguir, de fato, avançar nas decisões de um modo mais coletivo, tipo...No princípio a gente teve que ir pra alguns embates e dificuldades em que era difícil, é..., sei lá, acho que era muito difícil, por conta também de ter sido um princípio muito virtual essa articulação, né? (entrevistado 1).

As divergências históricas da RENILA e do MNLA também foram citadas por um dos entrevistados:

Por que não é o movimento da luta antimanicomial por si só não é um movimento que tenha concepções antagônicas quanto ao princípio do que defende. Tem concepções antagônicas ou que não dialogam, sabe, na mesma direção no sentido de como é que se organiza e no que é que acredita em determinadas perspectivas, mas não são movimentos que são opostos, né? Mas mesmo assim, é... envolve uma série de questões que atravessam historicamente a própria divisão do movimento e que dificultava a construção de uma unidade. E um espaço como esse necessitou demais que tivesse unidade. Não dava pra dois movimentos estarem ocupando um mesmo espaço e estarem se

degladiando politicamente, quando o fim dos dois era o mesmo. (entrevistado 2).

As falas trazem consigo um grande desafio que tradicionalmente assola os diferentes espectros de ideologias políticas. Trata-se da dificuldade de diálogo e busca de consenso nas formas interpretativas sobre os fenômenos político-sociais nos quais os movimentos precisam compreender alinhadamente para definir suas estratégias de ação.

Estes ganham mais força de pressão política quanto mais alinhados estiverem. Para isso é imprescindível lideranças contumazes que organizem o processo de ação política dirigente e combativa (BONAVIDES, 2000). Na esquerda brasileira, a tradição pós-golpe tem sido pautas divergentes de ação, cuja organicidade é decomposta pelos interesses de cada grupo em sentirem-se detentores da melhor análise de conjuntura ou de interpretação do cenário sociopolítico.

Outra entrevistada aponta que um grande desafio vivido na Ocupação foi o conflito entre os movimentos sociais e as entidades que apoiavam a mobilização, de modo a prejudicar o protagonismo dos movimentos sociais no processo.

[...] eu acho que a gente tem que... visitar esse processo para fazer algumas análises... todas as análises de conjuntura... a partir disso aí... algumas avaliações... é... principalmente em relação... a autonomia e protagonismo dos movimentos sociais... que eu acho que por um lado aproximou e fortaleceu... e por outro lado os movimentos foram muito golpeados... por algumas entidades... isso gerou algum problema também... (entrevistado 3).

Sobre a Ocupação foram citados desafios quanto à logística de manutenção (alimentação dos ocupantes, revezamento entre os participantes e segurança):

Reitero que qualquer Ocupação e logo como essa foi, já é um desafio por que manter pessoas que vão ficar dias, semanas, como já se passou mais de mês numa Ocupação não é uma

coisa que é tão simples. É um desafio minimamente garantir que aquele grupo que está lá consiga está bem, desde a ordem de estar bem fisicamente mesmo até na ordem de estar bem politicamente mesmo. (entrevistado 2).

Outro ponto bastante falado pelos entrevistados foi a tensão frente à possibilidade de reintegração de posse executada pela polícia, podendo comprometer a segurança dos envolvidos, como fica claro na fala do entrevistado 1:

E, é...acho que essas foram as primeiras dificuldades, mas, assim, se for pra falar, por exemplo, da estratégia da Ocupação, as dificuldades vividas foram inúmeras. Desde a tensão que é estar em um espaço público ocupado, de sofrer ameaças, né, de invasão, que eles sofreram nas madrugadas, de conseguir água, medo de a polícia, é..., entrar e ser agressiva, enfim, machucar...Uma série de situações tensas que uma ocupação por si só, qualquer ocupação traz, né... (entrevistado 1).

Entendida como um ato de desobediência civil, mantê-la do ponto de vista concreto traz sacrifícios dos militantes em virtude da ordem vigente. Entretanto, para Thoreau (2001) aceitar de bom grado que o melhor governo é o que menos governa é a capacidade quem tem a sociedade civil devidamente organizada em assumir o protagonismo de seus interesses, afinal só com a desobediência civil é que direitos são conquistados, mantidos e aperfeiçoados. Para os informantes, a Ocupação foi entendida como uma estratégia cansativa, que demanda muito esforço dos envolvidos. Um dos entrevistados aponta para a problemática de manutenção da Ocupação quanto aos seus participantes, inclusive em períodos festivos como Natal e Ano Novo, se estendendo para os 4 meses seguintes. “Dentre outras coisas, como, por exemplo, gerenciar pessoas militantes de vários estados do Brasil que queriam estar presentes na Ocupação, mas que nem sempre era possível.” (entrevistado 1).

Outro ponto comentado foi o desafio de manter o nível de politização entre as pessoas envolvidas na Ocupação, já que nem todas presentes integravam um movimento de base, como é revelado na seguinte frase:

E falo muito do momento que as pessoas que estavam não estavam tanto politizadas que, em determinado momento, as pessoas do próprio movimento, por uma série de questões, numa Ocupação que já durava mais de três meses, não estavam conseguindo estar na Ocupação e algumas pessoas locais começaram a ir e as pessoas não tinham o mesmo nível de politização de alguém que militava na luta antimanicomial há algum tempo já. E isso era uma coisa que gerava também uma dificuldade e o desafio era: as pessoas que estavam lá conseguisse segurar a Ocupação no meio disso, né?” (entrevistado 2).

Comentam também do desgaste dentro do Ministério da Saúde e do contexto de golpe se desenhando no Brasil naquele período como desafios importantes para a Ocupação.

Aí salienta-se também que no momento em que a Ocupação já caminhava mais pra o momento que se encerrou, a gente estava numa conjuntura política do país de muita, é...efervescência política por outras questões da ordem democrática mesmo” (entrevistado 2).

O choque entre gerações de militantes também foi apontado com desafio para a Ocupação, como relata o entrevistado 1: “É...óbvio que teve muita resistência no princípio, muitos militantes mais antigos nunca tinham ocupado espaço público nenhum...”.

A estratégia da Ocupação também carregou consigo diversas consequências para a organização da luta antimanicomial brasileira. A aproximação entre a RENILA e MNLA foi relatada por todos os entrevistados e é considerada também como uma consequência que vai para além da Ocupação e se estende para todo o processo de mobilização Fora Valencius. As divergências históricas dos movimentos RENILA e MNLA se diluíram durante o processo, como fica claro nas falas:

Olha... a:: (pausa média) a mobilização... fora Valencius... ela... pra luta... ela mostrou... (pausa curta) que uma vez... de forma unida... a repercussão que isso tudo pode trazer...de forma unida... é:: com o mesmo foco... de... de atenção... com o mesmo

objetivo... certo?... e... a repercussão que isso pode trazer... e que afinal de contas... tanto o RENILA como o MNLA... eles... afinal de contas... só... o nome lá... a visão a... a luta e ideologia é a mesma... (entrevistado 4).

O aspecto de aproximação de matizes ou correntes teóricas também é uma consequência em que padecem os movimentos. Isso tem influência direta na noção de “estratégias de ação” que o grupo vai usar na hora de pressionar. Neste ponto, como aponta Alonso (2009), a cultura se relaciona com a ação política em chave pragmática: como estruturadora dos processos de seleção, interpretação, reinvenção e uso intencional de significados por agentes uns contra outros, a partir de um repertório comum. Portanto, se não há repertório minimamente comum, há desmobilização.

O aspecto formativo envolvido na Ocupação foi destacado como importante consequência dessa estratégia, possibilitando troca entre os militantes, ricas discussões e permitindo, inclusive, reflexões sobre os formatos organizativos dos movimentos sociais na atual conjuntura do país, como fica evidenciado nas falas:

[...] pela característica de aproximar militantes do Brasil inteiro... (inspiração longa) por ser uma... ocupação que tinha como mote também a formação dos mi-li-tan-tes... né... então... estão... criam um status de informação... de aproximação entre as pessoas... “(entrevistado 3). Nesse sentido, também é relato pelos entrevistados que a Ocupação e seu caráter de desobediência civil pôde proporcionar aos militantes da luta antimanicomial o aprendizado e a reflexão sobre modos de atuação não institucionais: “[...] a gente entender... que mesmo a institucionalidade que garantiu alguns avanços... ela não garantiu pela institucionalidade... mas pelo tensionamento dos movimentos sociais... durante esse tempo... durante esse período. (entrevistado 3).

Para os entrevistados, a falta de uma nova nomeação para o cargo de coordenação da Política de Saúde Mental por quase um ano também é compreendida como uma importante consequência da mobilização, mas, sobretudo da Ocupação. Os militantes acreditam que,

diante de um contexto no qual o projeto neoliberal vem ganhando força e diversos setores têm sofrido retrocessos com ministros e coordenadores ávidos pela privatização dos setores públicos, a falta de uma indicação na pasta da Saúde Mental evidencia um receio frente a forte reação dos movimentos sociais durante a mobilização Fora Valencius. Entre a saída de Valencius e a nomeação de um novo coordenador, uma profissional da área técnica passou a responder oficialmente pela área, sem ser nomeada como Coordenadora.

Por exemplo, com Valencius, ele caiu duas semanas depois, ne, em virtude, obvio, da própria queda, saída de Marcelo Castro. Mas, é possível que se a Ocupação não tivesse acontecido, toda essa articulação dos movimentos não tivesse acontecido, é possível que um outro coordenador, ou mesmo, ele... não sei... um outro coordenador com um perfil ainda mais escuso, sei lá, pudesse ter ocupado esse espaço. E, no entanto, não. Depois da queda do Valencius, nenhum coordenador foi indicado. Esse ano de 2016 inteiro a coordenação ficou sendo representada institucionalmente por uma servidora extremamente respeitada, ne, com muito preparo pra estar ali, mas sem uma coordenação institucional, é... oficial, no caso, ne? (entrevistado 1).

Segundo os entrevistados, a atuação dos militantes da luta antimanicomial, apesar de se manter orgânica ao longo do tempo, há muito não vivia uma articulação em nível nacional com tal intensidade como a mobilização Fora Valencius. Dessa forma, uma importante consequência da mobilização, mas, sobretudo da Ocupação, foi o reaquecimento do campo de luta na saúde mental, agregando, inclusive, novos militantes, como fica claro nas falas.

É... eu acho que é isso... eu acho que a gente... quando retomou né... o nosso caráter... mais de LUTA... desse processo... foi possível reorganizar... alguns cenários... que até então alguns movimentos sociais se a-pro-xi-ma-ram... como a MNLA e a RENILA... que eu acho que foi o maior ganho desse processo... (inspiração) quando os novos coletivos foram formados... frentes... é:: grupos... enfim... muitas pessoas... muitos militantes...

que... é:: nasceram desse processo né... muita gente foi pra ocupação quando começou a militar... a partir disso se tornou militante... (entrevistado 3).

Sobre a estratégia de diálogos institucionais, com atenção especial para o Grupo de Alinhamento Político, os entrevistados apontam como desafio as divergências quanto à condução do processo, principalmente das entidades apoiadoras da mobilização frente às decisões dos movimentos sociais:

Houve um momento importante... de... reformulação do GAP... enquanto... enquanto grupo po-lí-ti-co... né... de de... alguma maneira... de uma... nova caracterização dele... por parte dos movimentos sociais... eu acho que... como um grupo... é:: (pausa média) que funcionaria como um grupo de alinhamento... né... do contrário... que funcionaria como um grupo de apoio aos movimentos sociais... isso... foi uma... uma proposta que sofreu muitas... é:: resistências do público... né.. assim... (pausa curta) os movimentos tem muitas entidades... esse não reconhecimento da importância dos movimentos sociais ela não se dá à toa. (entrevistado 3).

Porém, foi a partir desse instrumento de diálogo que diversas estratégias foram pensadas, como, por exemplo, a deliberação da realização do Loucupa Brasília, como relata o entrevistado 1:

Em janeiro, depois da terceira audiência no dia 29 de dezembro, eu... nós trouxemos o GAP, que é o Grupo de Alinhamento Político que foi... reuniu várias entidades e movimentos sociais e também, junto à RENILA, aprovamos uma reunião, a primeira reunião que tivemos em janeiro, aprovamos um chamado geral pra a ocupação de Brasília, que depois veio a ser chamada de Loucupa Brasília". (entrevistado 1).

O caráter virtual do grupo representou um desafio, porém, proporcionou também encontros presenciais de militantes e apoiadores durante a Ocupação. O Loucupa Brasília teve como principal consequência, além

de favorecer a participação de militantes de todo país, o fortalecimento da Ocupação proporcionando grande visibilidade ao movimento:

Em seguida já abre o espaço pra estar se pensando mesmo o processo desse espaço... do primeiro mês de Ocupação, se fazer um grande ato pra dar muita visibilidade e foi um momento importante por que não só foi necessário dar visibilidade dentro do prédio do Ministério da Saúde ou nas redes sociais, mas algo que repercutisse em algumas mídias, inclusive, foi matéria de grupos...pra jornalistas da grande mídia, né, a...teve uma reportagem sobre esse ato em seguida e foi uma outra estratégia que possibilitou também dar um pouco mais de visibilidade à realização da Ocupação. (entrevistado 2).

A articulação desse grande encontro nacional em um curto espaço de tempo representou um desafio para a mobilização:

[...] a primeira reunião que tivemos em janeiro, aprovamos um chamado geral pra a ocupação de Brasília, que depois veio a ser chamada de Loucupa Brasília. Então nós organizamos... só os núcleos da RENILA organizamos pelo menos uns 10 ônibus, né? E o restante também foram de outros movimentos e entidades que bancaram e financiaram...eu acho que foram quase 18 ônibus que vieram do Brasil todo pra cá, mais ou menos mil pessoas e isso foi organizado em 10 dias.” (entrevistado 1).

Os diálogos institucionais, caracterizados pelas audiências e reuniões com setores do governo, dentre eles a Câmara Federal, Casa Civil e o próprio Ministério da Saúde, surtiu, de modo geral, pouco efeito no sentido de escuta da demanda dos movimentos que ali se apresentavam “[...]em janeiro, depois da terceira audiência com o Ministro da saúde que a gente viu que não tinha muito pra onde correr mais. Já tínhamos tido três audiências e o Ministro não arredava o pé [...]” (entrevistado 1). Durante o processo de mobilização esses diálogos sofreram interferências de entidades apoiadoras, como relata o entrevistado 2:

O Conselho Federal de Psicologia ficou tentando marcar uma audiência, o movimento ficou tentando marcar uma audiência e

acabou que o Conselho Federal de Psicologia, em um momento, conseguiu marcar a audiência e era pra ter 7 entidades presentes, que estava sendo prevista pela construção, e o CFP meio que sugeriu que uma entidade fosse, a outra não fosse, uma tivesse maior representação ou que não tivesse e meio que, vamos dizer assim, numa leitura que todo mundo que estava compondo o GAP fazia, que se fez numa avaliação final numa reunião do GAP foi que o CFP meio que fraturou o processo, ne, de que o CFP não estava muito querendo fazer unidade, estava querendo dar a linha do processo. (entrevistado 2).

O entrevistado 1 expõe que as interferências também ocorreram pelas vias institucionais:

Como nós fizemos o Loucupa, nesse mesmo dia nós tivemos uma agenda na secretaria de governo da presidência, que a nossa principal estratégia era pedir audiência com a casa civil... a gente já havia conseguido agenda com a casa civil no dia 29 de dezembro, mas a informação vazou e o Ministro interceptou a reunião. (entrevistado 1).

Em que pese a relevância da estratégia de interpelar a institucionalidade através de seus representantes, fica evidente pela argumentação dos militantes o limite que isto apresenta no processo de pressionar à renúncia do coordenador. Tanto a instituição estatal em seus processos coercitivos legítimos, quanto à falta de alinhamento no que tange a horizontalização das decisões entre os movimentos e seus apoios (no caso do CFP) constituíram as tensões finais mais importantes entre as forças no processo de pressão.

Para Bovanides (2000), a institucionalidade, ao interceptar reuniões ou utilizar-se da falta de alinhamento entre os líderes do movimento, atua ‘corretivamente’ nos aspectos negativos dos grupos de pressão. Contudo, reconhece-se que estes mecanismos, quando se trata de uma sociedade capitalista, tem a função de “despolitizar” o conflito de classes, reduzindo-o a um mero conflito de interesses. Assim, Bovanides (2000, p. 574) assevera que “no propósito mesmo de conservação da ordem capitalista [própria do Estado] não cumpre reprimir os

grupos nem eliminá-los, mas tão-somente disciplinar-lhe tanto quanto possível a ação.”

É neste espaço de aposta institucional excessiva em que articulação da tática da ação política foi personificando a luta e direcionando-se à linha de certos líderes sem a devida construção do consenso. Foi assim que a mobilização Fora Valencius foi perdendo o seu fôlego. Sua luta é essencial e deve se manter mais viva do que nunca, contudo reexaminar as estratégias utilizadas e o grau de convergência de suas ações parece ser o investimento necessário a ser feito ao longo dos enfrentamentos que estão acontecendo e dos que estão por vir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilização Fora Valencius foi, de fato, um recente e importante capítulo da história da luta antimanicomial brasileira que expressou a potência de um dos movimentos sociais que mais teve conquistas nos últimos 20 anos. De repercussão nacional, possibilitou aos movimentos e entidades o precioso exercício do diálogo e da construção coletiva, a ousadia da desobediência civil e o reaquecimento do campo de luta.

Podemos dizer que os informantes-chaves entrevistados nessa pesquisa identificaram que as estratégias de pressão política mais efetivas para alcançarem seus objetivos foram a Ocupação, o Grupo de Alinhamento Político e as manifestações de rua, dentre elas o Abraça RAPS e o Loucupa Brasília. Apesar de dispenderem um esforço de organização importante, conforme disposto na literatura, no caso da análise desse movimento, pode-se dizer que seu êxito se deveu a essa organicidade.

Dentre os desafios que tais estratégias provocaram na organização da luta antimanicomial brasileira, os informantes relatam que os principais desafios foram o GAP e a necessidade de horizontalização e alinhamento dos espectros da ideologia política de cada um dos coletivos que se uniram, a gestão do conflito entre os movimentos sociais e as entidades que apoiavam a mobilização, de modo a prejudicar o

protagonismo dos movimentos sociais no processo, a logística com a manutenção dos militantes acampados e seus devidos suprimentos, a manutenção do nível de politização dos envolvidos, o choque entre gerações de militantes e o delineamento do contexto do Golpe de Estado com o acirramento das disputas no interior do Estado.

Dentre as principais consequências encontraram-se a falta de uma nova nomeação para o cargo de coordenação da Política de Saúde Mental por quase um ano compreendida como uma importante consequência da mobilização, a intensidade da articulação nacional com um reaquecimento do campo de luta na saúde mental, agregando novos militantes, assim como a necessidade de um encontro nacional. Além disso, as consequências se estendem para a diluição das divergências históricas dos movimentos RENILA e MNLA, como também possibilitando troca entre os militantes, ricas discussões e permitindo, inclusive, reflexões sobre os formatos organizativos dos movimentos sociais na atual conjuntura do país.

A partir desse estudo é possível considerar que a grande implicação que a experiência demonstrou vem de encontro à aposta na apenas institucionalidade como caminho tradicional da esquerda. Essa é uma implicação não só para a luta antimanicomial como para os movimentos sociais em geral, uma vez que em conjunturas donde a possibilidade de negociação é consideravelmente diminuída, sem quadros políticos favoráveis ao diálogo, além de espaços de participação social cada vez mais cooptados, as estratégias apontadas pelos informantes parecem guiar o horizonte de lutas no cenário político do Brasil atual. Dessa forma, fica aos movimentos sociais o desafio de superar a institucionalidade e de lançar mão de estratégias de pressão política em articulação com outros campos.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. GT Saúde Mental. Acesso em: 4, agosto de 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtsaudemental/>

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

AMARANTE, P; DIAZ, F. S. Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 4, n, 8, p. 83-95, 2012.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. 30 anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira: lutando por cidadania e democracia na transformação das políticas públicas e da sociedade brasileira. In: FONTES, B; FONTE, E. M. **Desinstitucionalização, redes sociais e saúde mental: análise de experiências da reforma psiquiátrica em Angola, Brasil e Portugal**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, p. 113-135.

BOITO JÚNIOR, A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, Campinas - SP, n. 42, p. 155-162, 2016.

BONAVIDES, P. Os grupos de pressão e a tecnocracia. In: _____. **Ciência política**. 10a. Edição, São Paulo: Malheiros Editores, p. 557-608, 2000.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasília – DF.

BRASIL. Portaria nº 3.718, de 22 de novembro de 2018. Publica lista de Estados e Municípios que receberam recursos referentes a parcela única de incentivo de implantação dos dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e não executaram o referido recurso no prazo determinado nas normativas vigentes. Brasília – DF.

CAPPELLE, M.C.A; MELO, M.C.D.O.L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2011.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Entrevistados analisam avanços e desafios na Saúde Mental. Acesso em: 4, agosto de 2019. Disponível

em: <https://site.cfp.org.br/entrevistados-analisam-avancos-e-desafios-na-saude-mental/>

COURTINE, J. J. Um projeto para análise de discurso. In: **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, p. 27-33. 2014.

FLICK, U. Entrevistas. In: _____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Artmed: 3^a. Edição, 2009, p.143-166.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista**, v. 32, p. 107-126, 2011.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. Hucitec, São Paulo, 2006.

MAIA, R. C; M, FERNANDES, A. B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v 17, n. 48, p.157-171, 2002.

MEDEIROS, L. G; SILVA, A. A. A Ocupação Valente e a luta contra os retrocessos na Reforma Psiquiátrica brasileira em tempos de golpe. In: **Conversações transversais entre Psicologia política, social e institucional como planos dos direitos, educação e saúde**. Curitiba: CRV, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, v. 7, 2000.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 463-502.

TOMAZ, C.S. **A cidadania do louco: um debate necessário para a compreensão da direção teórico-política da Luta Antimanicomial**. 2009, 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG.

THOREAU, H.D. **A desobediência civil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.